



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING INTERNET

08/09/2018 ATÉ 08/09/2018

INDÍCE

1	CASAMENTO COMUNITÁRIO	
	1.1 SITE BARRA DO CORDA.....	1
	1.2 SITE MARANHÃO NOTÍCIAS.....	2
2	PRESIDÊNCIA	
	2.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	3
3	UNIDADES ADMINISTRATIVAS	
	3.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	4
	3.2 SITE MARANHÃO HOJE.....	5
4	VARA CRIMINAL	
	4.1 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	6

Acusado de espancar e matar homem é condenado a 20 anos de prisão em Pedreiras

A juíza Ana Gabriela Costa Everton, titular da 2ª Vara da Comarca de Pedreiras, presidiu uma sessão do Tribunal do Júri no último dia 4 de setembro. No julgamento, o réu Mario Lúcio da Silva Dutra, acusado de crime de homicídio praticado contra um homem, foi condenado a 20 anos de prisão em regime inicialmente fechado. Não foi concedido o direito do condenado recorrer em liberdade.

Consta no processo que o Mario Lúcio teria tirado a vida da vítima em decorrência de uma série de agressões ocasionadas por uma dívida de R\$ 20 reais. Na denúncia ministerial consta que, no dia 26 de maio de 2016, o réu foi ao Bar da Bastiana, já sob efeito de álcool, em busca de consumir duas cervejas “fiado”. Com a negativa da dona do estabelecimento, Mario seguiu pelas ruas do Bairro Mutirão, em Pedreiras, oportunidade em que encontrou a vítima e de pronto passou a cobrá-la, proferindo ofensas verbais e físicas.

“A vítima então pediu paciência e afirmou que logo pagaria, sendo insultada pelo acusado”, afirma do Ministério Público. O réu passou a perseguir a vítima derrubando-a com um tapa no rosto e pedradas, seguindo com o espancamento que ocasionou sua morte. “Em ato contínuo, a perseguição prosseguiu, tendo a vítima caído quando o denunciado passou a espancá-lo de forma incessante”, discorre a denúncia.

Após o fato, Mario Lúcio teria se armado com um facão e passado a ameaçar os moradores que presenciaram o crime, inclusive atirando pedras na residência da proprietária do Bar da Bastiana, que negou a venda de bebidas fiado.

ANTECEDENTES - Na sentença, a magistrada frisa a conduta do réu, a vasta folha de antecedentes criminais, inclusive com outra condenação, e negou o direito de Mario Lúcio recorrer em liberdade, mantendo a prisão preventiva. “Não concedo o direito ao acusado recorrer em liberdade, posto que passou a instrução processual preso, bem como ainda vislumbro, nos autos, os requisitos da prisão preventiva, nos termos dos artigos 311 e 312 do Código de Processo Penal, mormente no que concerne para garantir a aplicação da lei penal”, ressalta.

Abertas Inscrições Para Casamento Comunitário Em Arame

ARAME - Casais residentes na Comarca de Arame (459km da Capital) já podem se inscrever para a Edição 2018 do projeto "Casamentos Comunitários" da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA). O juiz João Vinícius Aguiar dos Santos, titular da comarca, publicou edital com as regras para a cerimônia, que ocorrerá no dia 7 de novembro, às 18h, na Igreja Assembleia de Deus (matriz), situada na Rua Barão de Grajaú, n.º 160, Centro.

As inscrições estão sendo realizadas pelo Cartório Extrajudicial de 1º Ofício, em horário comercial, localizado na Rua Barão de Grajaú, s/n.º, Centro. Os casais têm até o dia 5 de outubro para efetivar o ato e garantir a participação na solenidade.

Entre os documentos exigidos no ato da inscrição estão o original e cópias do RG e do comprovante de residência (para todos os nubentes). Noivos solteiros e maiores de 18 anos devem apresentar ainda a certidão de nascimento (original). Já para os maiores de 16 e menores de 18 anos é exigido também o consentimento dos pais. Noivos divorciados precisam apresentar a averbação do divórcio (original). No caso de noivos viúvos, além do comprovante de residência e RG será exigida a certidão de casamento averbada com o óbito.

Todos os atos ligados ao casamento comunitário são gratuitos.

Casamentos Comunitários

O Projeto Casamentos Comunitários foi instituído pelo Poder Judiciário maranhense em 1998, idealizado pelo desembargador Jorge Rachid. O procedimento está disposto no Provimento N° 10/2013, da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA). A gratuidade inclui a expedição de 2ª via do assento de nascimento ou casamento, se necessário. A Corregedoria Geral da Justiça disponibiliza apoio logístico aos magistrados para concretização do Projeto Casamentos Comunitários, especialmente junto aos cartórios.

Quem assumiria?

O problema da licença de Flávio Dino - para fazer campanha - é que gerou uma especulação sobre quem assumiria o governo.

Como são candidatos, o vice Carlos Brandão (PRB), e o próprio Othelino Neto, não podem assumir, o que garantiria a ascensão do presidente do TJ, desembargador José Joaquim Figueiredo.

Para confirmar que a informação teve fonte fidedigna, o autor da notícia prometeu publicar a íntegra da conversa que teve com o presidente da AL.

Praça Dom Pedro II é revitalizada e entregue à população ludovicense

Serviço executado no espaço público foi fruto de uma parceria entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e Prefeitura de São Luís; investimento foi orçado em R\$ 500 mil, oriundo do Governo Federal

DANIEL JÚNIOR / O ESTADO

08/09/2018

A Praça Dom Pedro II, situada no Centro Histórico de São Luís, foi requalificada e entregue nesta sexta à comunidade. Com um investimento de R\$ 500 mil, oriundos do Governo Federal, o serviço executado no espaço público foi fruto de uma parceria entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e a Prefeitura da capital maranhense. Um dos destaques da obra é a restauração da escultura Mãe d'Água Amazônica, que está de volta à praça. A população cobra fiscalização no ambiente, para impedir danos.

De acordo com o projeto do Iphan, foi realizada a recuperação dos passeios e canteiros, incluindo reparos na pavimentação em pedra portuguesa; os serviços de poda, remoção e plantio de espécimes vegetais; o refazimento de parte dos pisos cimentados e limpeza dos pisos; o acréscimo e a substituição de bancos e lixeiras; a reforma completa do chafariz, incluindo nova instalação de bombas, tubulações e iluminação são outros pontos relevantes da obra. Com a entrega da Praça Dom Pedro II, a população poderá usufruir novamente de um importante espaço público que é Patrimônio Cultural maranhense e referência em São Luís.

A aposentada Maria Doralice Gonçalves, de 80 anos, estava muito contente com a revitalização da praça. “Eu trabalhei aqui perto e a praça não estava assim bonita, mas agora estou voltando para ver como ficou. Achei muito linda e vou voltar sempre, para olhar a minha cidade e conversar com amigos”, relatou.

A comerciante Cleonice Aires Mendonça disse que a praça está linda, mas precisa de mais alguns serviços e fiscalização. “Fico muito feliz em ver a Praça Dom Pedro II requalificada, porém acho que não deveriam ter cortado uma árvore que nos proporcionava sombra e vi que corrigiram a situação do esgoto, que fica aqui bem próximo. Falta também banheiros públicos.

Além disso tudo, deve ter guardas, para fiscalizar esse ambiente, pois tem gente que causa muito dano”, explicou.

“Sempre venho na praça. Gostei muito do resultado da obra, mas acredito que deve ter uma fiscalização, porque se não vai voltar a mesma situação degradante que estava. A Prefeitura tem que colocar guardas, pelo menos durante o dia. Já vi flanelinhas pegando água do lago, para lavar carros e até mesmo banhar”, acrescentou o economista Francisco de Sousa, de 66 anos.

“A população deve cuidar deste espaço, assim como protege sua casa. Tem que ter educação patrimonial, seja por meio da escola, em casa e da imprensa. A fiscalização fica de responsabilidade do Município. As pessoas

têm que ter a consciência que essa obra não é com dinheiro do Governo e sim com os seus impostos, que pagam todos os dias. São Luís ainda será contemplada, em breve, com mais obras”, frisou Kátia Bogéa, presidente nacional do Iphan.

SAIBA MAIS

É no entorno da Praça Dom Pedro II que estão as principais instituições administrativas: Palácio dos Leões (sede do Governo Estadual), Palácio La Ravardière (sede do Governo Municipal), Tribunal de Justiça do Estado e a Catedral Metropolitana. É, também, uma área de grande variedade estilística, edificações art nouveau, neoclássica e pombalina. No início da década de 1950, a peça escultórica Mãe d'Água Amazônica foi instalada no local, que passou a ser identificado como Praça da Mãe d'Água. A escultura, premiada com a medalha de prata no Salão Nacional de Belas-Artes em 1940, foi a última obra do escultor maranhense Newton Sá, que faleceu no mesmo ano. Em 2005 a escultura foi retirada da praça e levada para o Museu Histórico e Artístico, onde permaneceu até este ano.

Na véspera do aniversário de São Luís, Iphan entrega mais um espaço público revitalizado

por Aquiles Emir - 8 de setembro de 20180114

Na véspera de comemorar 406 anos, São Luís recebeu nesta sexta-feira (07), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) a reforma da Praça Dom Pedro II, um dos primeiros logradouros da cidade e um dos mais emblemáticos espaços para a memória e a história da capital maranhense. A solenidade de entrega da praça contou com as presenças da presidente do Iphan, Katia Bogéa; do prefeito Edivaldo Holanda Júnior; e do superintendente do Iphan, Maurício Itapary, dentre outros.

A revitalização da praça integra um pacote de obras de mais de R\$ 50 milhões que estão sendo executadas na área do Centro Histórico. A obra teve como destaque a restauração da escultura Mãe d'Água Amazônica, que está de volta à praça após ser restaurada.

A presidente do Iphan, Kátia Bogéa, enfatizou a grandiosidade da obra. Segundo ela, é importante ressaltar que o espaço não se trata de uma praça qualquer, pois, além de ser o primeiro logradouro público criado na capital, é também praça cívica com a presença de algumas das mais importantes instituições do estado. "Aqui é o ponto de partida da visita do turista que chega ao Centro Histórico. Eu agradeço imensamente a parceria com a Prefeitura de São Luís, porque, juntos, conseguimos esse excelente resultado de disponibilizar novamente à população esse espaço tão importante para a cidade", observou Kátia Bogéa.

Ainda conforme a presidente do Iphan, agora reformada, a população tem que se apropriar de seu patrimônio e ser sua defensora. "Em São Luís, estamos desenvolvendo um projeto de restauração de espaços do Centro Histórico, com recursos da ordem de R\$ 50 milhões, um esforço impressionante nesse momento de recessão econômica que vivemos no país", frisou Kátia Bogéa, acrescentando ainda entre as obras que estão sendo executadas com esse recurso a restauração das praças Deodoro e Pantheon, as alamedas Gomes de Castro e Silva Maia, a Rua Grande e outras.

Em seu pronunciamento, o prefeito agradeceu ao Iphan a revitalização da obra. "Temos a alegria de junto com o Iphan entregar essa importante obra", disse o prefeito. "A revitalização desta área tão emblemática para a nossa cidade, testemunha de tantos fatos marcantes da nossa história e grande referência do nosso patrimônio arquitetônico é, sem dúvida um grande presente para a população ludovicense", completou.

Restauração - A recuperação dos passeios e canteiros, incluindo reparos na pavimentação em pedra portuguesa; os serviços de poda, remoção e plantio de espécimes vegetais; o refazimento de parte dos pisos cimentados e limpeza dos pisos; o acréscimo e a substituição de bancos e lixeiras; a reforma completa do chafariz, incluindo nova instalação de bombas, tubulações e iluminação são outros pontos relevantes da obra. Com a entrega da Praça Dom Pedro II, a população poderá usufruir novamente de um importante espaço público que é Patrimônio Cultural maranhense e referência em São Luís.

Situada na área escolhida por franceses, em 1612, para repouso, de acordo com o missionário Claude

d'Abbeville, a primeira praça da futura cidade de São Luís, a praça começou a ganhar forma em 1821, após intervenções do Marechal Bernardo da Silveira Pinto de Fonseca. Em 1904, o largo constituiu-se em avenida, com a abertura de canteiros, passeios e alas, denominando-se Avenida Maranhense e, posteriormente, Avenida Dom Pedro II, onde fica a praça homônima.

É na Praça Dom Pedro II que estão as principais instituições administrativas: Palácio dos Leões (sede do Governo Estadual), Palácio La Ravardière (sede do Governo Municipal), Tribunal de Justiça do Estado e a Catedral Metropolitana. O espaço é, também, uma área de grande variedade estilística, edificações art nouveau, neoclássica e pombalina.

No início da década de 1950, a escultura da Mãe d'Água Amazônica foi instalada no local, que passou a ser identificado como Praça da Mãe d'Água. A escultura, premiada com a medalha de prata no Salão Nacional de Belas-Artes em 1940, foi a última obra do escultor maranhense Newton Sá, que faleceu no mesmo ano. Em 2005, a escultura foi retirada da praça e levada para o Museu Histórico e Artístico, onde foi restaurada, permanecendo até este ano.

Abertas inscrições para Casamento Comunitário em Bacabeira

8 de setembro de 2018 Redação Maranhão Notícias 0 comentários Bacabeira-MA, Casamento comunitário, CGJ-MA, Poder Judiciário, Tribunal de Justiça

As inscrições serão de 4 de setembro a 5 de outubro.

Maranhão Notícias com informações da CGJ

SÃO LUÍS - O Projeto "Casamento Comunitários", promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, chega a cidade de Bacabeira, termo judiciário da Comarca de Rosário, a 68 Km de São Luís.

O evento será no dia 8 de novembro e as inscrições para interessados serão no período de 4 de setembro a ao dia 5 de outubro no Cartório de Registro Civil, localizado na Rua Três Palmeiras, n.º 21, Cidade Nova, em Bacabeira.

Entre os documentos exigidos no ato da inscrição estão o original e cópias do RG e do comprovante de residência de Bacabeira (para todos os nubentes).

Noivos solteiros e maiores de 18 anos devem apresentar ainda a certidão de nascimento (original). Já para os maiores de 16 e menores de 18 anos é exigido também o consentimento dos pais. Já os noivos divorciados precisam apresentar a averbação do divórcio (original). No caso de noivos viúvos, além do comprovante de residência e RG será exigida a certidão de casamento averbada com o óbito.

Para todos os casos, os noivos deverão apresentar declaração de duas testemunhas maiores, que atestem conhecê-los e afirmem não existir impedimento legal para o casamento. Todos os atos ligados ao casamento comunitário são gratuitos.

A solenidade

O juiz José Augusto de Sá Leite celebra, no próximo dia 6 de setembro, às 9h, na Igreja Batista Nacional, casamento comunitário de Rosário com a participação de 103 casais da comunidade.

O projeto

O Projeto Casamentos Comunitários foi instituído pelo Poder Judiciário maranhense em 1998, idealizado pelo desembargador Jorge Rachid.

A Corregedoria Geral da Justiça disponibiliza apoio logístico aos magistrados para concretização do Projeto Casamentos Comunitários, especialmente junto aos cartórios. (Foto: Divulgação).